

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO - EA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

JULIANO SOUZA MARQUES

**ABORDAGEM DAS COOPERATIVAS EM RELAÇÃO À AQUISIÇÃO DE
SEGURO DE SEUS COOPERADOS**

PORTO ALEGRE

2022

JULIANO SOUZA MARQUES

**ABORDAGEM DAS COOPERATIVAS EM RELAÇÃO À AQUISIÇÃO DE
SEGURO DE SEUS COOPERADOS**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação submetido ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Domingos Padula.

PORTO ALEGRE

2022

RESUMO

O estudo que abaixo trata-se de um Trabalho de Conclusão de Curso de Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul sobre o acesso de produtores rurais ao seguro. O seguro agrícola vem em crescente nos últimos anos, resultados esses abastecidos através de políticas públicas disponibilizadas pelo governo, mas resultados ainda discretos consideram o crescimento do agronegócio e da área para atividades rurais. Esta pesquisa busca entender como as cooperativas agrícolas abordam o tema com seus cooperados e como elas podem otimizar o processo de contratação de apólices e conscientizar sobre o papel do seguro na gestão de riscos sobre a decisão de compra do consumidor. A pesquisa foi realizada através de fontes secundárias (documentos) e primárias (entrevistas) de dados, com isso foi possível identificar que os produtores rurais de pequeno porte possuem um baixo conhecimento dos benefícios da apólice de seguros para o atingimento de suas metas, atualmente o seguro não está presente no custo de produção. As seguradoras por sua parte recebem informações incompletas e defasadas para realizar precificação, o que faz com que muitas vezes não seja possível dispor de prêmios individuais assertivos. Abordagens sugeridas para o atual cenário são: criação de cooperativa das próprias cooperativas; fomentar projetos entre cooperativas e corretores; incluir serviços de assessoria e gestão de seguros no pacote de benefícios disponibilizados aos cooperados; fomentar parceria com seguradoras participantes do Programa de Subvenção ao Prêmio (PSR); e fomentar entre os cooperados a importância do seguro agrícola.

Palavras-chave: Seguro agrícola. Programa de Subvenção ao Prêmio (PSR). Acesso ao seguro. Gestão de riscos. Cooperativas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Número de apólices emitidas por ano.	9
Figura 2 - Subsídio de 2010 a 2021.	10
Figura 3 - Percentual de contratação de apólices conforme perfil do produtor	12
Figura 4 - Percentual Média do Prêmio Líquido e da Subvenção por atividade entre 2010 e 2021.	12
Figura 5 - Fluxo operacional do programa de subvenção ao prêmio.	17
Figura 6 - Distribuição de apólices emitidas por estado.	25
Figura 7 - Sugestão de fluxo operacional para apólices através do PSR	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação do produtor com o seguro.	27
Quadro 2 - Qualidade das informações recebidas para análise.	29
Quadro 3 - Análise das cooperativas.	31
Quadro 4 - Sugestão de abordagens	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Agricultura familiar Vs. Agricultura não familiar .

8

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1 OBJETIVOS	13
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
1.3 JUSTIFICATIVA	14
2. REVISÃO TEÓRICA	15
2.1 O SEGURO AGRÍCOLA NO BRASIL	15
2.2 PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL (PSR)	16
2.3 COOPERATIVISMO AGROINDUSTRIAL	18
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	20
3.1 TIPO DE PESQUISA	20
3.2 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	20
3.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA	21
3.3.1 ENTREVISTADO 1	21
3.3.2 ENTREVISTADO 2	21
3.3.3 ENTREVISTADO 3	22
3.3.4 COOPERATIVA 1	22
3.3.5 COOPERATIVA 2	22
3.3.6 COOPERATIVA 3	23
3.3.7 SEGURADORA	23
3.4 ANÁLISE DE DADOS	23
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	25
4.1 ACESSO AO SEGURO AGRÍCOLA	25
4.1.1 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS APÓLICES NO BRASIL	25
4.1.2 INCIDÊNCIA DO PRODUTOR AGRÍCOLA EM RELAÇÃO AO SEGURO	26
4.2 QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES PARA ANÁLISE DE RISCO	28
4.3 COOPERATIVAS NA CONTRATAÇÃO DE SEGUROS	30
4.4 ABORDAGENS PARA ELEVAR ÍNDICE DE CONTRATAÇÃO DE SEGURO	32
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	37

1. INTRODUÇÃO

O agronegócio brasileiro é de extrema importância para a economia e para o desenvolvimento do país. O setor é capaz de movimentar uma extensa cadeia ao seu redor, composta por insumos, agroindústria e serviços, conseqüentemente, gerando emprego e fonte de sustento para milhões de famílias, sendo considerado uma das únicas áreas com perspectiva de bom desempenho na economia do país.

O Brasil, assim como outros países, foi afetado pela crise econômica mundial (que crise?), mesmo com queda de 4,6% na economia, o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio registrou um crescimento em torno de 9%, o que demonstra a importância desse setor para a economia brasileira e sua capacidade de sustento para diversas famílias.

Conforme a Tabela 1, no Brasil a agricultura familiar foi responsável por produzir R\$107,1 bilhões, e ela representa 77% dos estabelecimentos agrícolas do país, mas, por serem de pequeno porte, ocupam uma área menor, 80,90 milhões de hectares, o equivalente a 23% da área agrícola total. A agricultura familiar corresponde por um valor de produção de R\$107,1 bilhões, em comparação aos grandes estabelecimentos, responsáveis pela produção de commodities agrícolas de exportação, como soja e milho, (CENSO AGROPECUÁRIO, 2017).

Tabela 1 - Agricultura familiar Vs. Agricultura não familiar.

Modalidade	Estabelecimentos	Hectares (milhões)	Produção (R\$)
Agricultura Familiar	3.897.408	80.900.000	107,1 bilhões
Agricultura não Familiar	1.175.916	270.805.652	465,2 bilhões
Total	5.073.324	351.705.652	572,3 bilhões

Fonte IBGE, 2017.

O gerenciamento de riscos no agronegócio pode ocorrer de diversas formas, as mais comuns são: utilização de instrumentos disponibilizados pelo setor de seguro, prospecção do mercado financeiro, diversificação de atividades dentro e fora do setor agrícola, diversificação do modo de plantação e criação de animais. Ainda segundo Guimarães e Nogueira (2009), o uso adequado da gestão de riscos para atividades agrícolas pode garantir a permanência do produto rural no setor e gerar

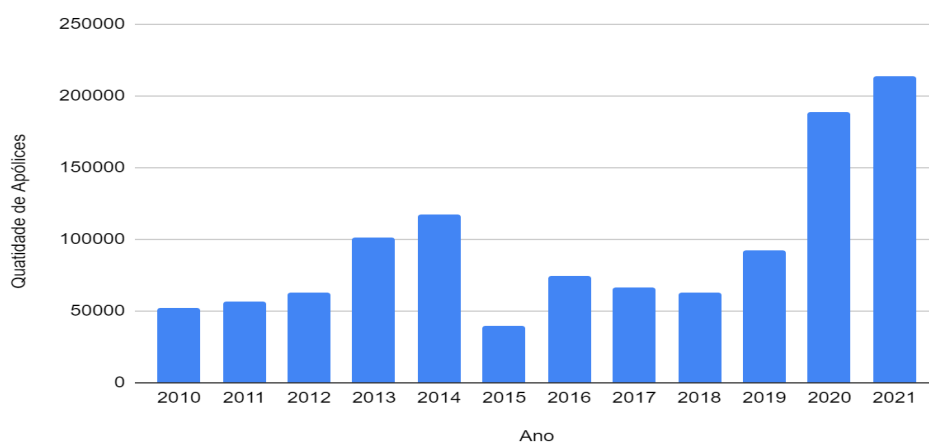
estabilidade para produtores. Dentre essas formas mencionadas acima, o mecanismo de seguro agrícola é reconhecidamente de extrema importância para a proteção de renda do produtor rural, o seguro agrícola proporciona uma garantia do fluxo de renda, facilitando assim a oferta de financiamento à atividade agropecuária e, conseqüentemente, elevando o número de áreas utilizadas para o agronegócio.

De acordo com Vitor Ozaki (2005), o seguro agrícola tem como função amenizar de forma eficiente perdas na atividade rural e proporcionar a recuperação de sua capacidade financeira na eventualidade de sinistros ocorridos por motivos naturais incontrolláveis. Ao contratar uma apólice de seguro, o produtor rural passa a obter um instrumento de transferência do risco da agricultura para outros agentes e setores econômicos (Ozaki, 2005).

Mesmo com o aumento recorde em 2021 a área agrícola segurada é pouco expressiva no Brasil, de acordo com o Sindicato das Empresas de Seguro e Resseguro (Sindseg), apenas 17% da área cultivada possui cobertura no país. Segundo o IBGE, o Brasil possui cerca de 351 milhões de hectares direcionados para a agricultura, no entanto apenas 14 milhões de hectares estão cobertos por seguro.

É possível identificar na Figura 1, que em 2017 foram emitidas menos de 100 mil apólices através do Programa de Subvenção ao Prêmio (PSR), número inferior à quantidade de estabelecimentos rurais existentes em solo nacional para o mesmo período (Censo Agropecuário, 2017).

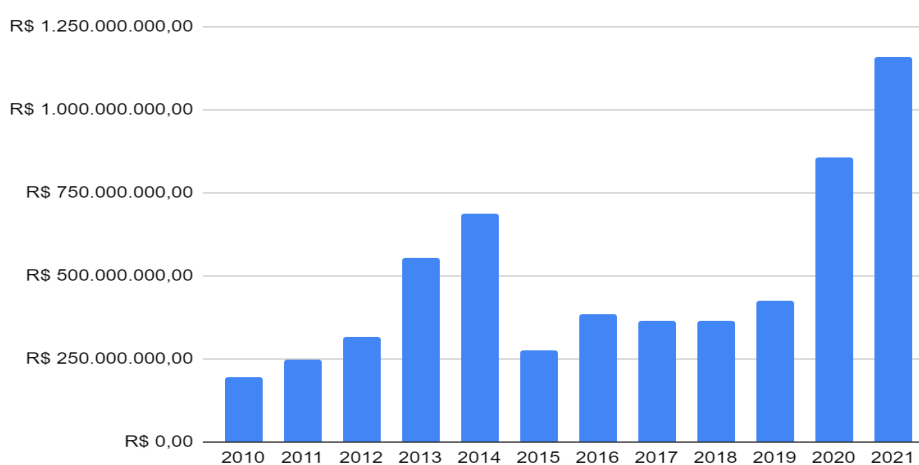
Figura 1 - Número de apólices emitidas por ano.



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento MAPA (2022).

Ainda de acordo com a figura 1, nota-se que em 2015 ocorreu uma queda de aproximadamente 66% no número de apólices emitidas através do PSR. Isso se deve à crise econômica que fez com que o governo reduzisse o subsídio disponibilizado, como é possível observar na Figura 2. Comparando o ano 2010 com o de 2021, é possível ver um crescimento de 307% no número de apólices emitidas, índice positivos, mas atrelados especialmente ao aumento de subsídios do governo (Figura 2) e não apenas a conscientização dos produtores rurais.

Figura 2 - Subsídio de 2010 a 2021.



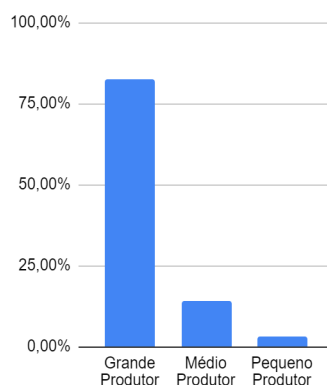
Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento MAPA (2022).

Conforme entrevista exclusiva da ministra da agricultura, Tereza Cristina, para a Revista de Seguros da CNseg, o objetivo do governo é aumentar os recursos direcionados para a subvenção do seguro rural. Este incentivo torna o seguro mais viável para pequenos e médios produtores rurais, o que resulta em melhorias no índice de apólices emitidas através do Programa de Subvenção ao Prêmio (PSR). A Região Sul do país é a que possui maior índice de beneficiamento através do Programa de Subvenção ao Prêmio (PSR), tendo a maior área segurada, cerca de 47%, e consequentemente possui maiores subsídios, maior quantidade de produtores beneficiados, valor de prêmio superior às demais regiões e maior importância segurada. Em contrapartida, a Região Norte brasileira, possui a menor área plantada e a menor produção, e com isso possui os menores números em comparação com outras regiões do país.

Como podemos observar na Figura 3, durante o período de 2010 até 2021, cerca de 75% dos produtores que contrataram seguro possuem renda bruta agropecuária anual (RBA) acima de R\$2.400.000,00, ou seja, conforme o Conselho Monetário Nacional, estão classificados como grandes produtores. Aproximadamente, 20% está classificado como médio produtor, isto é, possuem renda bruta agropecuária anual (RBA) de R\$500.000,00 a R\$2.400.000,00. E cerca de 5% dos produtores que possuem seguro estão classificados como pequenos produtores, ou seja, com renda bruta agropecuária anual (RBA) inferior a R\$500.000,00. Isso nos faz concluir que pequenos e médios produtores têm menos acesso a boas práticas para gestão de riscos, uma vez que sua base está na agricultura familiar e não são estabelecimentos com grande estrutura organizacional. O seguro dentro da atividade rural proporciona uma garantia do fluxo de renda, facilitando assim a oferta de financiamento à atividade agropecuária e, à vista disso, elevando o número de áreas utilizadas para o agronegócio.

Embora uma apólice de seguro traga consigo diversas vantagens, a utilização desse instrumento apresenta dificuldades para se mostrar economicamente atraente e ter seu uso popularizado. Segundo Gasques et al (2020), no caso do Brasil, o baixo percentual de adesão ao seguro demonstrado na Figura 3, é explicado pelo fato de estarmos em um país tropical, onde existe a ideia que os riscos estão relacionados apenas a causas climáticas. Conforme Odair Lima (2005), o pequeno e médio produtor rural não tem conhecimento da diversa gama de possibilidades para tornar o risco de sua atividade menor, pois acredita que as características climáticas da região são o suficiente para desvalidar a necessidade da adesão ao seguro. Para Marcelo Fernandes Guimarães e Jorge Madeira Nogueira (2009), é possível identificar como os fatores climáticos são pertinentes para a maior utilização de mecanismos de seguro nos Estados Unidos, o que leva a compreender que em países tropicais, onde os riscos climáticos são reduzidos, torna a utilização do seguro menos frequente e popular entre os produtores rurais.

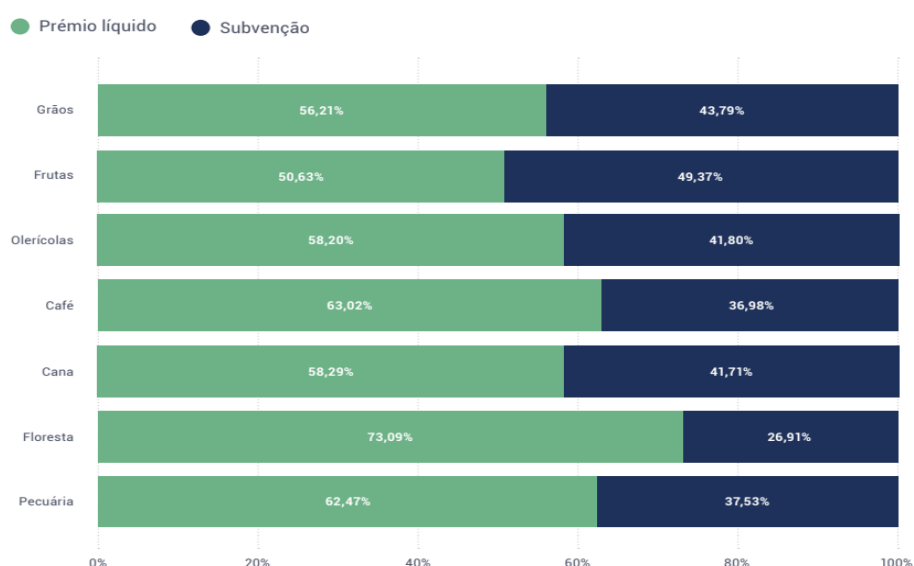
Figura 3 - Percentual de contratação de apólices conforme perfil do produtor.



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento MAPA (2022).

Na figura 4, é possível identificar o percentual subvencionado para cada atividade no período de 2010 a 2021, percebe-se que se mantém um padrão nas atividades. Com isso, grãos, frutas e olerícolas são os que possuem maior subvenção média, entre 49%, 44% e 42% do valor do prêmio, respectivamente. Nota-se que o seguro florestal possui o menor índice de subvenção média, apenas 27%.

Figura 4 - Percentual Média do Prêmio Líquido e da Subvenção por atividade entre 2010 e 2021.



Fonte: Adaptado Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento MAPA (2022).

Mesmo com todos os incentivos governamentais existentes e uma crescente no índice de contratação de seguro, a conversão de apólices emitidas através do PSR ainda é considerada baixa.

Visando atender os pequenos e médios produtores, surge o cooperativismo como forte agente de suporte e auxílio. É evidente que parcela expressiva dos agricultores está associada às cooperativas presentes no Estado, sendo eles prestigiados com diversos benefícios previstos através de estatutos individuais criados pelas cooperativas, mas regulamentados pela Lei nº 13.986/2020.

Segundo dados do Painel do Agronegócio do Rio Grande do Sul 2021, existiam 134 cooperativas agropecuárias no Estado, contam com aproximadamente 334 mil associados e empregam de forma direta 39 mil pessoas em 2020 (SISTEMA OCERGS-SESCOOP/RS, 2021). Essas cooperativas possuem atuação em diversos ramos de negócios, além de disponibilizarem serviços de assessoria para os produtores, podendo auxiliar a promover maior segurança e estabilidade para os estabelecimentos rurais, essas cooperativas exercem sobre seus associados forte poder de influência e conscientização, além de exercer função de facilitador em diversas situações.

Analisando o cenário é possível identificar que produtores rurais de grande porte possuem maior capacidade para acessar o seguro. Por conta disso, existe a necessidade de trabalhos focados também em levar os mecanismos do seguro para pequenos e médios produtores, uma vez que eles possuem menor representatividade financeira individual.

Com isso, este trabalho busca responder a seguinte pergunta: como as cooperativas podem auxiliar no aumento de contratação de seguro utilizando o Programa de Subvenção ao Prêmio (PSR)?

1.1 OBJETIVOS

Este estudo tem como objetivo identificar abordagens que cooperativas agrícolas possam utilizar para elevar o índice de contratação de seguro por produtores rurais.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar como se dá o acesso dos produtores rurais ao seguro;
- b) Identificar déficits atrelados à análise de riscos para estabelecimentos agrícolas;
- c) Analisar se existe participação das cooperativas na contratação de seguros por parte de seus associados;
- d) Delinear abordagens e para inserção das cooperativas na contratação de seguros.

1.3 JUSTIFICATIVA

O estudo proposto tem como ideia contribuir para a continuidade do crescimento do seguro no setor agrícola que, no momento, ainda é discreto, a pesquisa possibilitará entender ainda mais sobre o mercado de seguro rural, e adquirir maior conhecimento sobre a gestão de riscos no setor agrícola e a relação dos associados com as cooperativas agroindustriais.

A partir da análise que será verificada no presente trabalho, será possível reunir dados que auxiliarão na identificação do real papel das cooperativas agrícolas no cotidiano do produtor rural. Deste modo, através dos dados analisados será possível identificar abordagens para que as cooperativas possam ser utilizadas como ferramentas para promover maior adesão ao seguro para atividades rurais. Além disso, os elementos abordados para realização da pesquisa poderão servir de embasamento para outros estudos relacionados ao tema, o que é de extrema relevância para o país.

2. REVISÃO TEÓRICA

Neste capítulo serão trazidos conceitos e informações essenciais para desenvolvimento do tema abordado. Entender o conceito de seguro, Programa de Subvenção ao Prêmio (PSR) e o cooperativismo agrícola são a base para seguir com a pesquisa e compreender o objetivo pretendido.

2.1 O SEGURO AGRÍCOLA NO BRASIL

Ramos (2009) acredita que o seguro agrícola deve ser utilizado como uma ferramenta fundamental para a sustentabilidade no agronegócio de forma global. O autor ainda traz algumas pontos sobre empecilhos na adesão de seguro no Brasil e destaca:

- O produtor rural brasileiro não possui a cultura de considerar o seguro como mais um insumo que deve estar presente em seu custo para produção;
- Os produtores rurais não estão dispostos a pagar o valor do prêmio proposto pelas seguradoras, pois consideram o valor. Em contrapartida, as seguradoras não conseguem reduzir os prêmios porque não há massa crítica para que isso ocorra;
- Existe uma falta de informações confiáveis nos questionários enviados para análise, principalmente no que diz respeito ao histórico de sinistros e valor em risco;
- As seguradoras não oferecem seguro em todas as regiões do Brasil;
- Profissionais qualificados para avaliar sinistros estão em falta.

Para Ozaki (2008), Guimarães e Nogueira (2009) e Santos, Sousa e Alvarenga (2013) o PSR possui algumas deficiências, tal como, as mencionadas acima, mas apesar disso, o programa se mostra uma importante ferramenta, tanto para os produtores, como para o governo e a sociedade.

De acordo com Ramos (2009) e Ozaki (2007), o poder público tem o dever de considerar as políticas de seguro como um instrumento essencial para o sucesso da

gestão de riscos. Para Guimarães e Nogueira (2009), o seguro também é considerado uma ferramenta de auxílio para o equilíbrio no abastecimento e preço de alimentos.

Durante os últimos anos o país desenvolveu boas políticas e programas de redução na desigualdade nos métodos de gerenciamento do trabalho no campo, o PSR é visto como exemplo para outros países. Autores como Ozaki (2008) e Guimarães e Nogueira (2009) apontam que aportes de recursos como subvenção ao prêmio são possíveis caminhos para mudar o atual cenário do seguro rural no Brasil.

2.2 O PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL (PSR)

De acordo com Santos, Silva e Teixeira (2014), o programa de subvenção foi elaborado pelo governo por ter um custo menor para o poder público em relação aos gastos com os adiantamentos direcionados para quitar dívidas de produtores que haviam contratado crédito rural em caso de eventos indesejados. Ainda segundo Santos, Silva e Teixeira (2014), o órgão responsável por operacionalizar o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) é o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e as diretrizes do programa definidas no Decreto nº 5.121 são:

- Possibilitar o acesso ao seguro rural para um maior número de agricultores;
- Confirmar o seguro rural como meio para a estabilidade na produção agropecuária;
- Melhorar a gestão do agronegócio e impulsionar a implementação de tecnologias apropriadas.

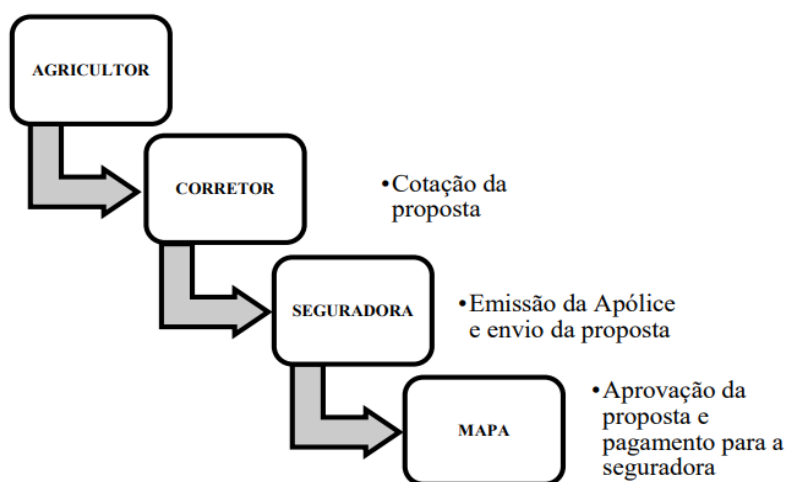
Na figura 5, observa-se que para receber o subsídio de pessoa física ou jurídica, o agricultor deve procurar um corretor e não pode ter débitos com a União. A corretora irá contatar uma ou mais das seguradoras inscritas no programa e receberá as propostas de cobertura.

Segue as principais seguradoras presentes no programa: Allianz Seguros, Companhia de Seguros Aliança do Brasil, Companhia Excelsior de Seguros, Essor

Seguros, Fairfax Brasil Seguros Corporativos, Mapfre Seguros Gerais, Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, Sancor Seguros do Brasil, Swiss Re Seguros e Tokio Marine Seguradora

Buscando aumentar o grau de cobertura disponibilizado, as corretoras que atuam com o PSR oferecem coberturas extras para acidentes de transporte, roubo e furto, variações excessivas de temperatura e a não germinação das sementes.

Figura 5 - Fluxo operacional do programa de subvenção ao prêmio.



Fonte: Adaptado Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento MAPA (2022).

O PSR disponibiliza subsídio para as seguintes modalidades: agrícola, pecuária, florestal e aquícola, para a categoria de multirisco e para riscos específicos. Os riscos mais comuns segurados são: incêndio, raio, granizo, chuva excessiva, inundação, seca e ventos fortes.

De acordo com informação disponibilizada pelo ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA):

“O Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) é um instrumento de política agrícola e gestão de riscos na agricultura. O estudo é elaborado com o objetivo de minimizar os riscos relacionados aos fenômenos climáticos adversos e permite a cada município identificar a melhor época de plantio das culturas, nos diferentes tipos de solo e ciclos de cultivares (2016).”

Para Medeiros (2013), a obrigatoriedade Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) para participar do PSR e do PROAGRO visa atender ao objetivo de melhorar a gestão do agronegócio e impulsionar a implementação de tecnologias apropriadas e é também utilizado pelas seguradoras para determinar o valor do prêmio que será cobrado, mesmo quando não participam do programa.

2.3 COOPERATIVISMO AGROINDUSTRIAL

Segundo Souza (2009), as cooperativas são consideradas sociedades de pessoas, essas organizações sem fins lucrativos têm como função prestar serviço aos associados, visando o bem coletivo.

De acordo com Bialoskorski Neto (2006), a existência das cooperativas agropecuárias se dá por sua habilidade de:

- Engendrar economias de escala;
- Acessar novos mercados, inclusive internacionais;
- Reduzir custos por meio da integração vertical;
- Diminuir riscos em ações conjuntas;
- Disponibilizar aos cooperados tecnologias e insumos via serviços de assistência técnica;
- Disponibilizar aos cooperados maior poder de negociação na busca por preços mais atraentes.

Ainda conforme o autor, as características acima ajudam a explicar a propagação do cooperativismo em vários países. No Brasil, o cooperativismo tem seus primeiros relatos no final do século XIX, na atualidade são consideradas, em sua maioria, organizações com estruturas sólidas e capazes de auxiliar no sucesso de produtores de pequeno e médio porte, que em sua maioria estão em regiões de difícil acesso e sem poder de negociação.

Para Pinho (1996), as características fazem as cooperativas serem importantes ferramentas para disseminação e fomentação de políticas públicas entre

os seus associados, elas possuem alto poder de influência principalmente em agricultores do segmento familiar.

Vale ressaltar algumas tendências relacionadas a administração das cooperativas e seus parceiros (Oliveira, 2006):

- Aumento no nível de concorrência;
- Estruturas organizacionais cada vez mais enxutas;
- Maior índice de fusões e incorporações;
- Atenção com os impactos ecológico;
- Profissionalização dos cooperados.

As cooperativas são consideradas como uma forma de unir capacidades dentro de um mercado de concorrência, onde a meta final é o sucesso de um grupo que possui objetivos comuns e com um histórico semelhante. As cooperativas disponibilizam serviços de assessoria para os produtores, podendo auxiliar a promover maior segurança e estabilidade para os estabelecimentos rurais, essas cooperativas exercem sobre seus associados forte poder de influência e conscientização, além de exercer função de facilitador em diversas situações, mas elas possuem seus próprios estatutos, podendo delimitar seu campo de atuação com o cooperado (Oliveira, 2006).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Por meio do referencial teórico, buscou-se o entendimento a respeito do seguro agrícola no Brasil, do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro e Rural (PSR), e do Cooperativismo Agroindustrial, além de definir as cooperativas agrícolas como ferramenta para abordar o seguro rural com os produtores, deste modo foi possível montar um modelo teórico que deu continuidade a esta pesquisa.

3.1 TIPO DE PESQUISA

A metodologia deste estudo foi realizada através de uma pesquisa exploratória com coleta de dados secundários e primários que buscam identificar e expor dados sobre como as cooperativas e agricultores refletem a respeito do tema.

3.2 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

A respeito da forma de coleta dos dados mencionados, foram exploradas fontes secundárias (documentos) e primárias (entrevistas) de dados. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa através de publicações acadêmicas, posteriormente, ocorreu uma pesquisa através do IBGE, do Atlas do Seguro Rural e do estatuto social das cooperativas, através disso foi possível contextualizar as atuais práticas em relação ao tema do estudo.

Foram realizadas entrevistas com três representantes comerciais de cooperativas. Além disso, houveram entrevistas com dois especialistas em agronegócio, um especialista em inovação agrônoma e um subscritor de uma companhia de seguros. As reuniões foram conduzidas de maneira virtual, através do Google Meet. Posteriormente, foram compiladas e atribuídas ao capítulo de discussões e resultados.

Enfim, serão utilizadas as informações de mercado expostas ao início deste estudo, bem como, suas respectivas formas de coleta. Já para análise destas

informações, todos os dados foram agrupados e analisados de forma diagnóstica visando identificar oportunidades, vantagens e impactos que as cooperativas podem ter em relação a maior contratação do seguro por produtores rurais.

3.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

3.3.1 ENTREVISTADO 1

O primeiro entrevistado é atualmente pesquisador vinculado à Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul. Tem atuado como professor em em cursos de extensão, graduação e pós-graduação na Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo.

Também atua na Diretoria de Educação Profissional do Senac/SC, onde é professor de pós-graduação. Segundo seu perfil no Currículo do sistema de Currículos Lattes, vem atuando principalmente com os seguintes temas: Transformação digital, Inovação, Cadeias Produtivas, Cooperativismo e Gestão Estratégica de Organizações. Esse entrevistado foi selecionado por estar vinculado a um importante órgão público relacionado diretamente ao agronegócio.

3.3.2 ENTREVISTADO 2

O segundo entrevistado é um Engenheiro Agrônomo que atua na liderança de grupo de importante cooperativa da região da cidade de Espumoso/RS. Graduado na Universidade Federal de Santa Maria, possui participação ativa em projetos e prospecção de oportunidades de negócio. Esse participante foi selecionado por estar vinculado a umas das maiores cooperativas do Rio Grande do Sul, ela possui uma estrutura robusta.

3.3.3 ENTREVISTADO 3

O terceiro entrevistado possui graduação em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre em Economia (UFRGS), é doutor em e Economia do Desenvolvimento pela PUC-RS, além de possuir pós-graduação em Master Business Economics e também Derivativos Financeiros. Atua na Farsul e é professor titular das disciplinas de Comercialização e Microeconomia em cursos de Pós-Graduação na ESPM. Esse participante foi selecionado por conta dos seus conhecimentos no ramo agrícola e seu vínculo com a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul.

3.3.4 COOPERATIVA 1

Cooperativa situada na região do Vale do Rio Pardo, possui 508 associados. Ela realiza o armazenamento, beneficiamento e comercialização da produção. A produção de seus cooperados está principalmente relacionada ao cultivo do arroz. A cooperativa tem 72 anos desde a sua fundação e atende 21 municípios da região.

Por ser uma organização atuante há anos na região, ela é popular entre os agricultores, costuma auxiliá-los em todo o processo, desde o planejamento da safra até a comercialização nacional ou internacional.

3.3.5 COOPERATIVA 2

A segunda Cooperativa entrevistada está localizada na região de Carlos Barbosa/RS, possui aproximadamente 5 mil associados, a atividade de seus cooperados estão relacionados à pecuária e ela tem mais de 100 anos.

A organização possui mais de 2 mil funcionários em todas suas unidades de negócio, e se responsabiliza pela fabricação de um mix de alimentos derivados do leite.

3.3.6 COOPERATIVA 3

A terceira cooperativa agroindustrial entrevistada está localizada na região da cidade de São Luiz Gonzaga/RS, é conhecida pela comercialização de trigo, mas também opera com outras atividades como: soja, arroz e milho, além de possuir mercados e postos de combustível com valores mais atraentes para seus cooperados.

Atualmente essa cooperativa possui uma área de atuação que abrange 300 mil hectares e atende 13 municípios da região. O entrevistado 3 possui como missão a produção, industrialização, armazenamento e comercialização dos produtos agrícolas de seus cooperados.

3.3.7 SEGURADORA

Seguradora alemã presente em mais de 70 países e considerada uma das maiores do Brasil. Conforme o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), durante os últimos 5 anos a companhia foi responsável por emitir 5,4% das apólices emitidas com subvenção de prêmio. A conversa foi realizada com representante comercial, esse disponibilizou informações relevantes para precificação de riscos e déficits identificados que otimizados podem tornar a análise do risco mais assertiva e com prêmio mais atraentes.

3.4 ANÁLISE DE DADOS

Sobre o tipo de análise das informações expostas, este estudo se desenvolveu, em sua etapa de pesquisa de mercado. Com base na pesquisa exploratória, nos dados em profundidade, e através da avaliação de falas foi possível realizar as seguintes análises:

- Análise do estatuto social das cooperativas anônimas;
- Análise de entrevista resultados obtidos com 3 profissionais do agronegócio;

- Análise referente o acesso do agricultor ao seguro;
- Análise referente às dificuldades para analisar o risco.

Com relação ao seguro agrícola, acesso dos produtores ao seguro, comportamento das cooperativas e dificuldade enfrentadas pelas seguradoras para análise de riscos rurais, tais dados foram compilados e organizados em uma apresentação, dividida de acordo com os tópicos analisados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

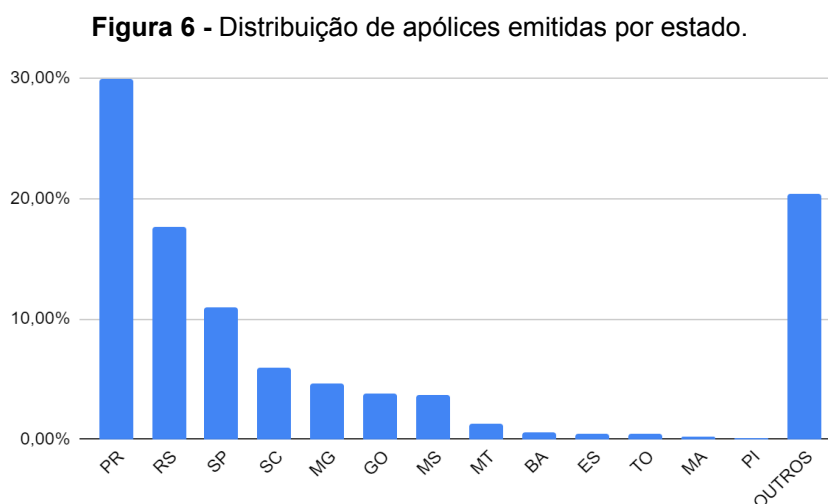
Os resultados do trabalho serão apresentados conforme a ordem das pesquisas realizadas. Primeiramente, apresentar-se-á as respostas obtidas através dos diálogos realizados individualmente com 3 profissionais de atividades relacionadas ao agronegócio. Após, serão apresentados no capítulo a seguir, dados obtidos com relação ao déficit na contratação de seguro por produtores rurais no país. Após, será abordado qual o atual impacto das cooperativas na contratação de seguro por seus associados.

E por fim, serão delimitadas ações com base nos resultados obtidos através das pesquisas e valendo-se de uma discussão com representantes de duas cooperativas agrícolas do Rio Grande do Sul.

4.1 ACESSO AO SEGURO AGRÍCOLA

4.1.1 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS APÓLICES NO BRASIL

Conforme Figura 6, de modo geral percebe-se que o país possui uma distribuição desigual das apólices em seu território, ou seja, existe concentração da região sul, isso se explica pela alta da produção de grãos na região, principalmente no Paraná.



Fonte: Adaptado Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento MAPA (2022).

Referente ao Programa de Subvenção ao Prêmio, em 2022 a subvenção está limitada a 40% do prêmio da apólice, fica evidenciado, com tudo, que o governo ampliou para R\$1,5 bilhões em subsídios. O programa vem desempenhando seu objetivo, mas fica concentrado nos grandes produtores.

4.1.2 INCIDÊNCIA DO PRODUTOR AGRÍCOLA EM RELAÇÃO AO SEGURO

Identificou-se ao longo da pesquisa, que o perfil dos produtores que não contratam seguro, estão dentro da gama de produtores que recebe atendimento de cooperativas agroindústrias, com isso surge a oportunidade para que elas possam utilizar seu poder de influência sob esses cooperados.

Conforme consta no Quadro 1, os entrevistados acreditam que o produtor rural do segmento familiar não possui avançados conhecimentos sobre a política de subvenção ao prêmio, uma vez que as grandes organizações são minoria e possuem menor inclinação para contratação de seguro,

O perfil de produtores que contratam seguro está no topo da pirâmide produtiva, são produtores que possuem maior conhecimento empresarial e conseqüentemente suas estrutura para gestão de riscos é mais robusta e sólida que a dos pequenos produtores. Em sua maioria os grandes produtores são empresas já consolidadas no mercado nacional e internacional, onde possuem alta demanda relacionada à exportação. As modalidades de seguro surgem não apenas como mecanismo para gestão de riscos, como acabam sendo exigências para o cumprimento de contratos.

Em diálogo com o entrevistado 2, ficou relatado a indisposição de alguns agricultores para novas práticas, principalmente quando envolve algum aporte financeiro, esses produtores estão classificados na segmentação de agricultura familiar, solicitado a opinião dos entrevistados 1 e 3, eles compartilham da mesma opinião, pois esses possuem recursos e mão-de-obra reduzidos, mesmo com as inovações o modo trabalho permaneceu o mesmo.

Quadro 1 - Relação do produtor com o seguro.

Questões levantadas	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3
Nível de conhecimento dos produtores rurais sobre seguro em geral	Baixo	Baixo	Baixo
Em sua maioria, os produtores sabem o que é PSR	Não	Não	Talvez
Perfil dos produtores que contratam seguro	Grande Produtor	Médio ou Grande Produtor	Médio ou Grande Produtor
O produtor possui algum assessoramento em relação a gestão de riscos	Não	Talvez	Não
Cooperativas possuem poder de influência sob seus associados	Sim	Sim	Sim
Um produtor do perfil familiar possui todas as informações necessárias para preencher um questionário de risco	Talvez	Não	Talvez

Fonte: Elaborada pelo autor com base em discussão com entrevistados.

Com base na conversa com os entrevistados, vale ressaltar que todos acreditam que o PSR se faz necessário para conscientizar os gestores de estabelecimentos agrícolas sobre a necessidade ter mecanismos para os riscos em seus negócios, o que torna o processo mais seguro para toda a cadeia que depende do estabelecimento rural para atender suas demandas, por conta disso se torna vantajoso para as cooperativas tornaram-se presentes no processo. Para as companhias de seguro é vantajoso pois possibilita a prospecção de novos negócios e arrecadação de prêmio, mas para que o processo possa ser próspero é necessário que o governo permaneça disponibilizando o subsídio para os estabelecimentos que se elegíveis ao PSR. A partir disso, foi possível fazer uma análise cruzada entre as discussões realizadas com as 3 cooperativas agrícolas e a seguradora, as cooperativas conseguem reunir as informações mais completas referente aos produtores, assim as companhias de seguro passam a ter informações para realizar a análise de risco de forma mais assertiva, tornando o prêmio mais justo para todos.

4.2 QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES PARA ANÁLISE DE RISCO

Com base na discussão realizada com o representante de uma Seguradora, a qualidade das informações é extremamente importante para uma análise de risco assertiva, segundo este representante a qualidade das informações vindas para riscos rurais costumam ser incompletas ou defasadas, o que ocasiona uma análise com taxas mais altas para o segmento. Isso faz com que o prêmio do seguro seja mais agravado para as atividades do campo. Independentemente da modalidade de seguro, é extremamente importante que o produtor seja criterioso no fornecimento das informações relacionadas ao risco, omitir ou alterar informações pode influenciar na análise e havendo qualquer alteração no período de vigência da apólice, a seguradora deve ser prontamente informada, a fim de que seja deliberado entre seguradora e segurado quanto à continuidade da cobertura e caso haja a necessidade de endosso envolvendo movimentação de prêmio. Caso seja identificado que informações incorretas foram disponibilizadas, isso pode fazer com que o segurado perca o direito e seu sinistro não seja regulamentado.

Segue abaixo informações consideradas relevantes para a análise de risco:

- Faturamento dos últimos 12 meses;
- Expectativa de faturamento para os próximos 12 meses;
- Localização;
- Protecionais;
- Histórico de sinistros;
- Limite de indenização desejado;
- Somatório de valores em risco;
- Coberturas desejadas;
- Modo de cultivo;
- Comercialização apenas nacional ou realiza exportação;
- Área cultivada;
- Armazenamento de grãos, hortaliças, frutas, legumes ou carnes
- Expectativa de produção para o período de vigência;

- Produção realizada nas últimas 3 safras.

A partir do Quadro 2, é possível compreender o grau de qualidade que as seguradoras consideram as informações recebidas através de questionários para análises de riscos. Nota-se também que a seguradora considera as informações recebidas para análise insuficientes, foi relatado a necessidade de solicitar aos corretores que retornem com os proponentes diversas vezes para que se possa ter as informações completas para analisar o risco, esse processo acaba gerando retrabalho e algumas vezes obriga que a análise seja feita de forma rápida e com prazos curtos.

Quadro 2 - Qualidade das informações recebidas para análise.

	Péssima	Ruim	Neutra	Boa	Ótima
Faturamento dos últimos 12 meses					X
Expectativa de faturamento para os próximos 12 meses		X			
Locais de risco					X
Protecionais		X			
Histórico de sinistros		X			
Limite de indenização desejado			X		
Somatório de valores em risco	X				
Coberturas desejadas		X			
Armazenamento			X		
Modo de cultivo				X	
Modo de comercialização			X		
Área cultivada				X	
Expectativa de produção para o período de vigência			X		
Produção realizada nas últimas 3 safras				X	
TOTAL	1	4	4	3	2

Fonte: Elaborada pelo autor com base em discussão com seguradora.

Outro fato relevante debatido no presente trabalho, está relacionado a insegurança existente por parte das seguradoras, uma vez que o governo pode reduzir a subvenção ao prêmio nos próximos anos, o que pode acarretar na não renovação de apólices ou inadimplências.

4.3 COOPERATIVAS NA CONTRATAÇÃO DE SEGUROS

Com base no estatuto das 3 cooperativas, foi possível identificar que todas oferecem um pacote de benefícios semelhante aos seus associados. A cooperativas têm as seguintes obrigações com seus cooperados:

- Realizar a venda, em conjunto, da produção agrícola e/ou pecuária do cooperado para mercados internacionais, nacionais e locais;
- Disponibilizar transporte dos produtos de seus cooperados;
- Realizar o beneficiamento, armazenagem, industrialização, padronização e comercialização dos produtos;
- Fornecer para seus cooperados preparação para plantio e/ou criação de animais, maquinário, insumos e equipamentos necessários para produção agropecuária;
- Prestação de serviços visando assistência técnica e comercial;
- Quando necessário realizar adiantamentos financeiros, utilizando seus próprios recursos com o objetivo de estimular a produção;
- Disponibilizar treinamento aos cooperados visando aprimoramento profissional e técnico;
- Buscar por parcerias ou consórcios com empresas que possam vir a ser parceiras, podendo ser cooperativas e organizações privadas ou públicas;
- Incentivar e fazer campanhas de fomento agropecuário e de racionalização dos seus modos de produção, comercialização, logística e armazenamento;
- Promover ações de conscientização a respeito à biodiversidade, incentivar práticas conservacionistas e ambientais;
- Incentivar o desenvolvimento de políticas sociais que visam o desenvolvimento dos recursos humanos.

No estatuto das cooperativas não foi identificado nenhuma menção direta à contratação de seguros, mas com base no estatuto é possível identificar que elas possuem informações necessárias para munir os cooperados com informações solicitadas no preenchimento do questionário de análise de risco das seguradoras.

Conforme o Quadro 3, as cooperativas possuem seguro para se precaver de possíveis eventualidades, mas não possuem controle sobre o índice de cooperados com apólices vigentes. Duas das três cooperativas possuem corretores parceiros, essas corretoras são as empresas responsáveis por gerir os seguros contratados, elas possuem as seguintes modalidades de seguro: patrimonial, riscos diversos, riscos cibernéticos, responsabilidade civil profissional, responsabilidade civil geral, frota e seguro de vida para os funcionários.

Quadro 3 - Análise das cooperativas.

	Cooperativa 1	Cooperativa 2	Cooperativa 3
A cooperativa tem algum tipo de seguro	Sim	Sim	Sim
A cooperativa tem o índice de associados com seguro	Não	Não	Não
A cooperativa tem algum corretor parceiro	Não	Sim	Sim
Possui históricos de produção dos associados	Sim	Sim	Sim
É vantajoso para a cooperativa que o associado tenha seguro	Sim	Indiferente	Sim
As cooperativas exercem algum poder de influência sobre os associados	Sim	Sim	Sim
O seguro está incluso no pacote de benefícios disponibilizados pela cooperativa	Não	Não	Não
Existem mecanismos direcionados para conscientizar os cooperados sobre a contratação de seguro	Não	Não	Sim
A cooperativa exige pré-requisitos para associados	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaborada pelo autor com base em discussão com cooperativa.

Outro ponto importante citado, foi a necessidade da presença das cooperativas em todo o processo de contratação do seguro, alguns produtores rurais

estão mais distante dos grandes centros, fazendo com que não estejam disponíveis para todas as etapas de negociação. Além disso, a cooperativa 1 propôs uma abordagem bastante interessante, a criação de uma corretora cativa, ou seja, uma corretora da própria cooperativa, isso faria aumentar a prospecção de novos negócios e facilitar o armazenamento de dados para análise.

Segundo a Lei nº 13.986/2020 qualquer pessoa, física ou jurídica que tenha atividade agrícola e pecuária, por conta própria e um estabelecimento de sua propriedade ou ocupado por processos legais, que possa gerir e dispor de seus bens é elegível para se tornar cooperado.

As cooperativas não possuem todas as informações necessárias para preenchimento do questionário, portanto ao debater as informações solicitadas, chegou-se a conclusão que as informações devem ser de fácil acesso uma vez que grande parte delas estão presentes para a elaboração do planejamento estratégico do ciclo seguinte.

4.4 ABORDAGENS PARA ELEVAR ÍNDICE DE CONTRATAÇÃO DE SEGURO

Todas as abordagens foram desenvolvidas baseadas nas observações dos levantamentos sobre o acesso ao seguro agrícola, a qualidade das informações enviadas para análise e a relação dos cooperados com as cooperativas com as informações obtidas a partir de discussões com representantes de 3 cooperativas gaúchas. Os dados resumidos das abordagens debatidas foram compilados no Quadro 4, tendo em vista simplificar a visualização das informações.

Entre as abordagens foram identificadas não apenas ações de conscientização para com os cooperados, mas também oportunidades de negócio para as cooperativas. Por exemplo, ao ter uma corretora cativa, a cooperativa passa a receber comissão de corretagem em negócios fechados com as seguradoras, outra abordagem interessante foi a realização de projetos com as companhias de seguro, isso fomenta o mercado seguros, conseqüentemente, gera retorno financeiro e visibilidade para as cooperativas, além de disponibilizar acesso as produtores atendidos pelas mesmas, mas que estão distantes dos grandes centros de negócio.

Quadro 4 - Sugestão de abordagens.

	Cooperativa 1	Cooperativa 2	Cooperativa 3
A B O R D A G E N S	<ul style="list-style-type: none"> - Promover eventos de conscientização sobre PSR; - Solicitar anualmente informações para análise de riscos aos cooperados - Criar corretora cativa da cooperativa para atender os segurados e seguro da própria cooperativa; - Incluir fornecimento de dados anuais para seguro no pacote de benefícios; - Elaborar projetos visando parceria com seguradoras. 	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar campanhas com cooperados; - Utilizar a cooperativa como instrumento concientizador; - Fazer projeto com corretora parceira; - Disponibilizar diferentes benefícios aos cooperados com apólices vigentes; - Disponibilizar treinamentos sobre gestão de riscos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar visita aos cooperados juntamente com o membro da corretora parceira; - Buscar fazer parceria com seguradoras que atender com subsídeo do PSR; - Criar setor responsável por seguros; - Realizar coleta de dados anual com informações relevantes; - Realizar levantamento do índice de associados com seguro; - Disseminar outras modalidades de seguro.

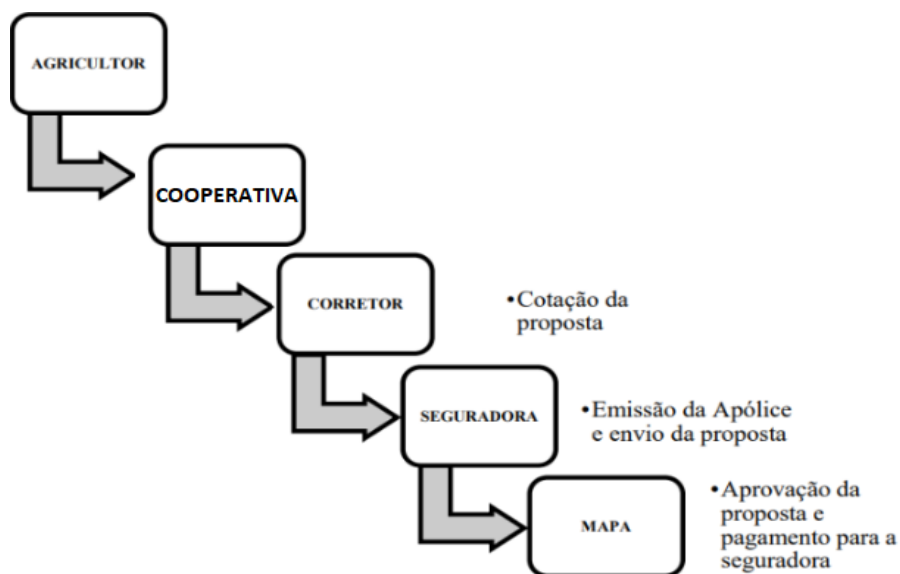
Fonte: Elaborado pelo autor.

Na Figura 7, fica uma sugestão para novo fluxo operacional do programa de subvenção ao prêmio, o esquema foi feito com a inserção da cooperativa no fluxo disponibilizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), nesse novo modelo a cooperativa passa a ser um intermediador entre o agricultor e a corretora, podendo assim filtrar e selecionar as informações de forma assertiva, essa função pode ser aderida ao pacote de benefícios já disponibilizados pelas cooperativas.

O fluxo se mostra ainda mais eficaz quando pensamos que as cooperativas possam ter corretoras próprias, pois conforme relatado no diálogo com as cooperativas, elas atendem associados com perfil de produção semelhante e em uma mesma região.

Vale ressaltar que a utilização do fluxo somente surtirá efeito caso as abordagens sugeridas anteriormente sejam postas em prática, uma vez que é necessário a conscientização dos gestores de estabelecimentos rurais em relação a essa prática de gestão de risco.

Figura 7 - Sugestão de fluxo operacional do programa de subvenção ao prêmio.



Fonte: Adaptado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento MAPA (2022).

Deste modo, fica possível que as cooperativas tenham maior participação na gestão de riscos. Além disso, diante das ações citadas, elucida-se a necessidade de trabalho conjunto entre time comercial, áreas de suporte, jurídico, marketing, financeiro, crédito e produtos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou, inicialmente, identificar abordagens que propiciem o acesso dos produtores rurais ao seguro. Com base no estudo realizado, foi possível identificar que o país possui um déficit acentuado na contratação de apólice seguro por pequenos e médios produtores, também verificou-se que as cooperativas agroindustriais são fortes ferramentas para conectar o produtor rural às corretoras e seguradoras. Essas organizações de cooperativismo possuem poder de incentivo aos produtores a aderir boas práticas de gestão de riscos.

No decorrer da pesquisa, também identificou-se que o acesso ao seguro é bastante restrito para produtores distantes dos grandes centros urbanos, embora o número de apólices emitidas através do PSR venha demonstrando crescimento, o resultado de forma geral ainda é bastante discreto. Também foi possível identificar que as cooperativas não possuem uma participação ativa na gestão de risco de seus cooperados, embora se coloquem à disposição para auxiliar seus associados no planejamento estratégico, não foi evidenciado em larga escala o incentivo para contratação de apólices de seguro.

Através da conversa com o representante da companhia de seguros, foi possível identificar o despreparado para preenchimento de questionários para avaliação de riscos, informações básicas são disponibilizadas de forma incorreta é incompatível com o cenário real, o que gera consequências negativas para o sucesso da negociação.

A partir disso, foram elaboradas práticas para que as cooperativas possam contribuir de forma mais eficaz no processo de conscientização sobre gestão de riscos e contratação de apólices de seguro. Com isso, os objetivos do trabalho foram atendidos.

Vale ressaltar a dificuldade para encontrar dados referentes às apólices de seguro rural contratadas sem subsídio do PSR, por conta disso, essa pesquisa ficou limitada às apólices contratadas através do programa e as informações gerais presentes em outros estudos sobre a contratação de seguro. Demais dados sobre a contratação de seguros poderiam ser disponibilizados pela SUSEP e a partir destas informações, seria possível avaliar a contratação de seguro por estabelecimentos

rurais no Brasil, considerando não apenas o Programa de Subvenção ao Prêmio, mas sim uma análise mais detalhada contendo informações, também referentes ao PROAGRO, caso ocorra esta oportunidade, existe a possibilidade da realização de trabalhos acadêmicos com maior detalhamento referente ao tema.

REFERÊNCIAS

ROTHENBURG, Denise. **“A subvenção ao prêmio do seguro rural é fundamento em um ano com tendência de seca”**. Revista de Seguros. Publicação da Confederação Nacional das Seguradoras, 30 de junho de 2021. Disponível em: <<https://cnseg.org.br/noticias/agronegocio-e-tema-de-destaque-da-nova-revista-de-seguros.html>> Acesso em: 12 abr. 2022.

BERNSTEIN, Peter L. **Desafio aos deuses: a fascinante história do risco**. Alta Books. Rio de Janeiro, 2019.

CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Índices de Exportação do Agronegócio 2019**. 2021. Disponível em <https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea_ExportAgro_2019_.pdf> Acesso em: 08 set. 2021.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho. **Manual de Gestão das Cooperativas: Uma Abordagem Prática**. São Paulo: Atlas, 2006.

CALAES, Gilberto Dias.; VILLAS BÔAS, Roberto C; GONZALES, Arsenio. **Planejamento Estratégico, Competitividade e Sustentabilidade na Indústria Mineral: dois casos de não metálicos no Rio de Janeiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Cytel, 2006.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Zoneamento agrícola**. Publicado em 31 de janeiro de 2017. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/riscos-seguro/programa-nacional-de-zoneamento-agricola-de-risco-climatico/zoneamento-agricola>>. Acesso em: 22 ago. 2022.

OCERGS-SESCOOP/RS - Sistema Ocergs-Sescoop/RS. **Expressão do Cooperativismo Gaúcho 2021**. Publicado em 2021. Disponível em <<https://www.sescoopr.rs.coop.br/app/uploads/2021/06/expressao-cooperativismo-gaucha-2021.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2022.

SINDISEG - Sindicato das Empresas de Seguro e Resseguro. **Área agrícola protegida no país ainda é pequena**. 30 de janeiro 2022. Disponível em: <<https://www.sindsegsp.org.br/site/noticia-texto.aspx?id=34809>>. Acesso em: 11 abr. 2022.

CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **PIB do Agronegócio Brasileiro** 10 set. de 2021. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>>. Acesso em: 11 ago. 2022.

CHIAVENATO, Idalberto, SAPIRO, Arão. Planejamento estratégico: fundamentos e aplicações. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2009.

CORNAGGIA, J. **Does risk management matter? Evidence from the US agricultural industry**. *Journal of Financial Economics*, v. 109, n. 2, p. 419–440, 2013.

RAMOS, Rejane Cecília. **O seguro rural no Brasil: origem, evolução e proposições para aperfeiçoamento**. *Informações Econômicas*, v. 39, n. 3, p. 5-16, 2009. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/riscos-seguro/seguro-rural/observatorio-do-seguro-rural/estudos/estudos-2009/2009-rejane-cecilia-ramos-o-seguro-rural-no-brasil-origem-evolucao-e-proposicoes-para-aperfeicoamento.pdf/view>>. Acesso em: 05 mai. 2022.

DEE - Departamento de Economia e Estatística. **Painel do Agronegócio do Rio Grande do Sul**. Disponível em <https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202109/08175413-painel-do-agronegocio-do-ri-o-grande-do-sul-2021-2.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2022.

DOS SANTOS, Gesmar Rosa (Coord.). **Seguro agrícola no Brasil e o desenvolvimento do programa de subvenção ao prêmio**. Brasília, Instituto de pesquisa econômica aplicada, dezembro de 2012. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2424/1/TD_1910.pdf. Acesso em: 17 jul. 2022.

SANTOS, V.G.; SILVA, J.A.; TEIXEIRA, M. do S. G. **Avaliação do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural – 2005 a 2012**. Revista de Política Agrícola, Brasília, DF, n. 1, p. 105-118, Jan./Fev./Mar. 2014. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/892/817>. Acesso em: 12 abr. 2022.

GASQUES, J., SOUZA, G. D. S., BASTOS, E., GOMES, E. & DOSSA, D. **Brasil: projeções do agronegócio 2011/2012 a 2021/2022**. Anais do Congresso da Sociedade Brasileira de, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1127709/1/Economia-agrop-ecuarria-Brasil-2020.pdf>. Acesso em: 14 set. 2021.

GUIMARÃES, M. Fernandes; NOGUEIRA, J. Madeira. **A experiência norte-americana com o seguro agrícola: lições ao Brasil?** Revista de economia e sociologia rural, Piracicaba, v. 47, n. 1, p. 27-58, jan.-mar. 2009. Disponibilizado em: <https://www.revistasober.org/ed/5cf7fd510e88250a2c58d25c>. Acesso em: 15 set. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola**. Censo agropec., Rio de Janeiro, v. 8, p.1-105, 2019. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf>. Acesso em: 13 abril. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2017, 2021**. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/home/lspa>. Acesso em: 10 set. 2021.

MEDEIROS, Estela Alves de. **Avaliação da Implementação do Programa de Subvenção do Prêmio do Seguro Rural**. RESR, Piracicaba SP, Vol. 51, Nº 2, p. 295-308, Abr./Jun. 2013 – Impressa em Julho de 2013.

LIMA, Odair Oliveira. **Gestão de Riscos na Agricultura Orgânica**. Disponível em: <https://www.ciorganicos.com.br/wp-content/uploads/2012/07/res_11.pdf>. Acesso em: 13 abril. 2022.

BIALOSKORSKI, Neto. **Aspectos Econômicos das Cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Atlas do Seguro Rural**. [S.l.:s.n.], 2022. Disponível em: <<https://indicadores.agricultura.gov.br/atlasdoseguro/index.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MARTINS, Marcos Amâncio P. **Gestão Educacional: planejamento estratégico e marketing**. 1. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2007.

MATOS, José Gilvomar R.; MATOS, Rosa Maria B.; ALMEIDA, Josimar Ribeiro de. **Análise do Ambiente Corporativo: do caos organizado ao planejamento**. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

MIQUELETO, Guilherme J. **Contribuições para o desenvolvimento do seguro agrícola de renda no Brasil: evidências teóricas e empíricas**. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ) da Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba, 2011 - Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-12092011-163544/pt-br.php>>. Acesso em: 14 Ago. 2022.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologias e Práticas**. 23^a. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

OZAKI, Vitor A. **Em busca de um novo paradigma para o seguro rural no Brasil**. Revista de economia e sociologia rural, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 97-119, jan.-mar. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/resr/a/3WzzVLt4drZKDt8mXJGC4Vk/?lang=pt>>. Acesso em 15 ago. 2022.

PEREIRA, Fernando Flávio Pessoa. et al. **A Prática da Gestão do Conhecimento em Empresas Públicas**. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2002.

REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento Estratégico para Organizações: públicas e privadas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2008.

SILVEIRA, Henrique. **SWOT. IN: Inteligência Organizacional e Competitiva**. Org. Kira Tarapanoff. Brasília: Editora. UNB, 2001.

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados. **Seguro Rural**. Disponível em <<http://www.susep.gov.br/menu/informacoes-ao-publico/planos-e-produtos/seguros/seguro-rural>>. Acesso em: 08 jul. 2022.